



TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA N° 03/2026

Ratifico o presente Termo de Referência. Providencie abertura do procedimento consoante trâmites legais.

Aracaju/SE, ____ de _____ 2026.

JOSÉ LÉO DE CARVALHO NETO
Defensor Público - Geral

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de prestadora de serviços na área de seguro de vida em grupo para o fornecimento de apólice de acidente pessoal para estagiários** da Defensoria Pública do Estado, conforme condições, quantidades, exigências e especificações técnicas contidas neste Instrumento.

1.2. A contratação dos serviços será conforme especificações detalhadas neste Termo de Referência, Aviso de Dispensa e seus anexos.

1.3. A contratação de prestadora de serviços na área de seguro de vida em grupo para fornecer apólice de acidente pessoal para estagiários será realizada mediante Contratação Direta, com



fundamento no artigo 75, II, conforme condições previstas neste Termo, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e outras normas afins.

1.4. Em estrita observância ao princípio da continuidade do serviço público, o início da prestação dos serviços na área de seguro de vida ficará diferida conforme condições da nova Apólice.

1.5. Considerando que a apólice do atual contrato de seguro para estagiários possui vigência até 30/10/2026, a contratação resultante deste processo terá início posteriormente ao término da referida vigência.

1.6. Os quantitativos estimados encontram-se indicados na tabela abaixo.

1.7. **TABELA DO OBJETO – Fornecimento de apólice de acidente pessoal para estagiários.**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
01	Contratação de prestadora de serviços na área de seguro de vida em grupo para fornecer apólice de acidente pessoal para estagiários.	Serviço	350	R\$ 1,31	R\$ 458,50	R\$ 5.502,00

1.6 A estimativa de valor, acompanhada de Tabela com Valores de Referência (TVR) e Mapa Comparativo de Preço (MCP) já jungido aos autos, seguirá como anexo deste Termo de Referência.

1.7 Não será admitido o parcelamento da contratação, considerando que o objeto consiste em item único referente à contratação de seguro contra acidentes pessoais para estagiários, sendo a execução por único contratado a medida mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 40, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.8 O objeto desta contratação é caracterizado como comum.

1.9 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 603/2024.

1.10 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da publicação do instrumento equivalente, conforme artigo 94, II da Lei nº 14.133/2021.

1.11 Previsão da Potencial Contratação no Plano de Contratações Anual

1.12 A demanda encontra-se cadastrada no Plano de Contratações Anual (PCA) da Defensoria Pública do Estado de Sergipe (DPE/SE) sob os números de identificação 0109/2026, para



o exercício de 2026 e formalizada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) oriundo da Subdefensoria Pública - Geral.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Defensoria Pública do Estado de Sergipe, por intermédio do setor demandante, entende necessária a abertura de procedimento para a contratação de prestadora de serviços na área de seguro de vida em grupo para fornecer apólice de acidente pessoal para estagiários da Defensoria Pública do Estado.

2.2. Faz-se necessária a contratação do serviço acima mencionado, uma vez que a concessão de seguro contra acidentes pessoais constitui direito assegurado aos estagiários pela Lei nº 11.788/2008.

2.3. A presente contratação visa atender as normas contidas nos termos do art. 9º, inciso IV da Lei nº 11.788/08, a qual determina a contratação de seguro em favor dos estagiários contratados. Assim, imprescindível se faz a contratação de uma prestadora de serviços em seguro de vida.

2.4. Reza o inciso IV do artigo 9º da Lei 11.788/08:

“As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrado em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso”.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. A contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação encontra-se abaixo do limite legal atualizado pelo Decreto Federal nº 12.807/2025.

3.2. Aplica-se ainda o disposto no art. 106 do Decreto Estadual nº 342/2023.

“Art. 75 da Lei nº 14.133/2021. É dispensável a licitação:



(...)

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Art. 1º do Decreto Federal 12.807/2025: Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do anexo.

(...)

ANEXO – Art. 75, caput, inciso II: R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)”.

Art. 106 do Decreto Estadual 342/2023. Nas dispensas de licitação, previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei (Federal) nº 14.133/2021, a contratação deverá ser feita, preferencialmente, com microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

§1º - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei (Federal) nº 14.133/2021, deverão ser observados:

I – o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II – o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução consiste na contratação de sociedade seguradora especializada para emissão e administração de apólice coletiva de seguro contra acidentes pessoais, destinada aos estagiários da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, contemplando cobertura para morte acidental e invalidez permanente total ou parcial por acidente, durante toda a vigência contratual.

4.2. A contratação visa assegurar o cumprimento da obrigação legal prevista no art. 9º, inciso IV, da Lei nº 11.788/2008, garantindo proteção securitária aos estagiários vinculados à instituição, inclusive durante atividades acadêmicas e institucionais.



5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Da Sustentabilidade

5.1.1.1. Embora a presente contratação não envolva obra ou fornecimento de material, e tampouco esteja vinculada a metas de desempenho com remuneração variável, a DPE/SE reconhece a importância de promover práticas sustentáveis nas contratações públicas, conforme os princípios constitucionais da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável e diretrizes de boas práticas administrativas.

5.1.1.2. No contexto específico da contratação de seguro de vida para estagiários, considera-se adequado exigir da contratada, sempre que tecnicamente possível:

5.1.1.2.1 A priorização do uso de meios eletrônicos para envio de documentos, certificados individuais, orientações gerais e comunicações administrativas.

5.1.1.2.2 A disponibilização de material informativo e canais de atendimento acessíveis e digitais, promovendo inclusão e reduzindo o consumo de recursos físicos.

5.1.1.2.3 A racionalização de processos internos que contribuam para a eficiência econômica e o menor impacto ambiental possível.

5.1.2. Da Subcontratação

5.1.2.1. É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

5.1.2.2. Caso haja a necessidade da subcontratação, pelas peculiaridades do objeto, esta poderá ser parcial, desde que a sua necessidade seja justificada.

5.1.2.3. O pedido de subcontratação parcial deverá ser submetido à análise e aprovação formal da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

5.1.3. Da Garantia Contratual

5.1.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS



6.1 Poderá haver variação do número de segurados durante a vigência do contrato, período de duração da apólice, observando o limite de 12 (doze) meses, e dentro do quantitativo estimado contratado de 350 (trezentos e cinquenta) vidas.

6.2 A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo os riscos relativos às atividades profissionais e extraprofissionais, em qualquer parte do Brasil.

6.3 A movimentação de inclusão ou exclusão de estagiários será enviada mensalmente para a seguradora, por meio eletrônico, em formulário próprio a ser disponibilizado pela contratada.

6.4 Da inclusão e exclusão

6.4.1 A inclusão e exclusão dos segurados serão processadas mensalmente através do envio, pela contratante, da relação, por meio eletrônico, contendo nome completo, CPF, data de nascimento e data de admissão dos estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

6.5 Da Comunicação do Sinistro

6.5.1 O registro do sinistro ocorrerá pelo segurado ou responsável deste, por meio de comunicação fornecida à seguradora ou, em última instância, por intermédio do Fiscal do Contrato mediante formulário a ser fornecido pela empresa.

6.5.2 Não haverá prazo prescricional para o aviso do sinistro, salvo disposição contrária específica para determinada cobertura regulada pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, conforme artigo 20 da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privado – CNSP.

6.5.3 O formulário oficial de que trata o subitem 6.5.1 poderá ser substituído por documento do médico assistente do segurado, desde que o mesmo contenha as informações necessárias para conclusão do processo de liquidação dos sinistros.

6.6 A contratada deverá disponibilizar canal eletrônico e telefônico para abertura e acompanhamento de sinistros.

6.7 Da Liquidação dos Sinistros

6.7.1 As indenizações de sinistro deverão ser pagas no máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos necessários à seguradora.

6.7.2 Poderá ser solicitada, no caso de dúvida fundada e justificável, documentação e/ou



informação complementar. Neste caso, o prazo de que trata o subitem anterior será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO

7.1 O prazo da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses.

7.2 Valor da cobertura da apólice

7.2.1 Emissão de apólice de seguro contra acidentes pessoais em grupo de estagiários com coberturas para Morte Acidental e Invalidez Total ou Parcial por Acidente, com cobertura de R\$ 10.000,00 por vida.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Do Preposto

8.6.1 Havendo necessidade, a contratada deverá designar formalmente preposto antes do



início da execução contratual, indicando, no respectivo instrumento, os poderes e deveres relacionados à execução do objeto contratado.

8.6.2 A contratada deverá indicar preposto para representá-la durante toda a execução contratual, responsável por prestar esclarecimentos, atender às demandas da fiscalização e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

8.6.3 A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7 Do Fiscal do Contrato

8.7.1 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, ou pelos respectivos substitutos, conforme artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7.2 O fiscal acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.7.3 O fiscal anotará no histórico todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

8.7.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

8.7.5 O fiscal informará ao Gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto na(s) data(s) aprazada(s), o fiscal comunicará o fato imediatamente ao Gestor.

8.7.7 Caso ocorra descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência como em outros anexos, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.7.8 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, falhas ou defeitos observados.



8.7.9 A contratada será obrigada a reparar, corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções na entrega do objeto.

8.7.10 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão do serviço.

8.7.11 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8 Do Gestor do Contrato

8.8.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.8.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.8.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.8.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.8.6 O gestor elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



8.8.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será relacionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

9.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Contratação Direta.

9.3 A licitante deverá comprovar autorização de funcionamento expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no ramo pertinente ao objeto da contratação.

9.4 Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Contratação Direta.

9.5 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Contratação Direta.

10. DAS ESTIMATIVAS DO PREÇO

10.1 O custo estimado total anual da contratação é de R\$ 5.502,00 (cinco mil, quinhentos e dois reais) consentâneo ao documento emitido pelo setor competente da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração os impactos orçamentários advindos da pesquisa de preços realizada pelo setor responsável pela cotação.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da contratante desde exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO / ATIVIDADE / DENOMINAÇÃO	COMPLEMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA
----------------------	----------------------	-----------------------------------	--------------------------------------	-------------------	---------------------



28.101	03.122.0041	1020	.0000	1500000000	33.90.39
--------	-------------	------	-------	------------	----------

11.2 A classificação orçamentária descrita neste Termo de Referência foi estabelecida conforme orientação do setor competente da Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1 Do Recebimento

12.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da entrega da documentação comprobatória de emissão da apólice e dos certificados dos segurados indicados pela Defensoria Pública, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.1.2 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este Termo de Referência e da proposta, devendo ser retificado no prazo de até 3 (três) dias úteis, após notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo das penalidades.

12.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório.

12.1.4 A apreciação da Nota Fiscal ou instrumento equivalente emitida com o valor exato dimensionado pela fiscalização ocorrerá do recebimento definitivo.

12.1.5 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem 12.1.4 não ser procedida dentro do prazo fixado no item 12.1.3, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço.

12.2 Da Liquidação

12.2.1 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



12.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.2.2.1 O prazo de validade;

12.2.2.2 A data da emissão;

12.2.2.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

12.2.2.4 O período respectivo de execução do contrato;

12.2.2.5 O valor a pagar;

12.2.2.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.3 Havendo erro na apresentação na Nota Fiscal ou Instrumento de Cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

12.2.4 A Nota Fiscal ou Instrumento de Cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos documentos comprobatórios de regularidade, conforme descrição da documentação do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e outros documentos necessários.

12.2.5 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.2.6 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.3 Do prazo e forma de pagamento

12.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, mediante a apresentação de Nota



Fiscal ou outro instrumento equivalente, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento.

12.3.2 No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

12.3.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

12.3.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.3.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.6 Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.3.7 O preço estimado foi baseado nos preços praticados pelo mercado, através da ampla pesquisa de mercado.

12.3.8 O valor estimado para contratação encontra-se apensado nos autos do processo de contratação direta.

12.3.9 No ato do adimplemento, a contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação, bem como Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede da vencedora e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13. DOS ACRÉSCIMOS E DA SUPRESSÃO

13.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

14. DO REAJUSTE



14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação.

14.2 Considerar-se-á com data do orçamento estimado a fixada na Tabela de Valor de Referência final, devidamente ratificada pelo servidor competente, onde constará o valor final estimado de todos os orçamentos coletados.

14.3 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços serão reajustados, mediante a aplicação pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9 O reajuste será realizado por simples apostila.

15. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1 O restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os requisitos do art. 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 137 do Decreto Estadual nº 342/2023.

15.2 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.



15.3 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da contratada, a Defensoria Pública do Estado de Sergipe deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1 Da Contratada

16.1.1 Garantir o pagamento das coberturas exigidas dentro dos prazos, condições regulamentares, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

16.1.2 Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados, vigência do seguro, condições gerais e particulares, que identifiquem o risco, assim como, modificações que ocorram durante a vigência do seguro.

16.1.3 Permanecer como única e total responsável perante a contratante inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando das regularizações de situações decorrentes de eventuais sinistros.

16.1.4 Permitir a substituição de segurados, tendo em vista a rotatividade de estagiários da Instituição.

16.1.5 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.

16.2 Do Contratante

16.2.1 Assegurar à contratada o pronto pagamento do prêmio do seguro.

16.2.2 Informar à contratada, por meio eletrônico, relação completa dos estagiários contendo nome completo, CPF, data de nascimento e data de admissão.

16.2.3 Informar à contratada sempre que houver inclusão/exclusão de estagiários.

16.2.4 Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à cobertura dos seguros pretendidos.

16.3 Das obrigações relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD



16.3.1 A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas à proteção dos dados pessoais compartilhados pela contratante, observando os princípios e obrigações previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 A contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução da obrigação às penalidades estabelecidas no Aviso de Contratação Direta, sem prejuízo da responsabilidade civil, assegurada a prévia e ampla defesa.

Aracaju, de de 2026.

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA SANTOS
Assessor Técnico Administrativo II